



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

BRASIL E AMÉRICA – SÉCULOS XX-XXI

## **Resistência e Desenvolvimento: a trajetória econômica do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos**

*Resistance and Development: The Economic Journey of the Santa Rosa dos Pretos  
Quilombola Territory.*

Andresa Venancia Lima de Oliveira; UFMA; andresa.venancia@discente.ufma.br

Luiz Eduardo Simões de Souza; UFMA; luiz.souza@ufma.br

Clelton dos Santos da Silva; UFMA; clelton.silva@discente.ufma.br

**RESUMO:** O objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento histórico e econômico do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos por meio de dados secundários e entrevistas com membros da comunidade. O artigo está dividido em cinco seções: uma revisão da literatura sobre a história dos quilombos no Brasil e políticas públicas para as comunidades quilombolas, descrição dos aspectos geográficos e demográficos da região, análise da economia local com destaque para as principais atividades de incentivo e sua inspiração no mercado regional, assim como, para o desenvolvimento sustentável da região. O estudo busca ampliar o conhecimento sobre as comunidades quilombolas no Brasil e subsidiar a elaboração de políticas públicas mais efetivas, além de servir de referência para outras comunidades quilombolas que enfrentam desafios semelhantes.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Socioeconômico. Desenvolvimento Regional. Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos.

**ABSTRACT:** The objective of this article is to analyze the historical and economic development of the Quilombola Territory Santa Rosa dos Pretos through secondary data and interviews with community members. The article is divided into five sections: a literature review on the history of quilombos in Brazil and public policies for quilombola communities, description of geographic and demographic aspects of the region, analysis of the local economy with emphasis on the main incentive activities and their inspiration in the regional market, as well as for the sustainable development of the region. The



study seeks to expand knowledge about quilombola communities in Brazil and support the development of more effective public policies, in addition to serving as a reference for other quilombola communities that face similar challenges.

Keywords: Socioeconomic Development. Regional development. Quilombola Territory Santa Rosa dos Pretos.

## 1. INTRODUÇÃO

A história quilombola no Brasil é um campo de estudo essencial para entender a história econômica do país, uma vez que essas comunidades foram fundamentais para a economia colonial e pós-colonial brasileira. Os quilombos, comunidades formadas por africanos escravizados que fugiam das fazendas, eram espaços autônomos que abrigavam populações negras que trabalhavam, produziam e comercializavam bens. Essas comunidades contribuíram para a economia de várias regiões do país, como a produção de açúcar em Pernambuco, a mineração em Minas Gerais e a produção de café no Rio de Janeiro e São Paulo.

De acordo com Stuart Schwartz (1977), os quilombos foram importantes para a economia do Brasil colonial, pois forneceram mão de obra, produtos e serviços para as vilas e cidades próximas. Além disso, eles se tornaram centros de resistência cultural e política, lutando contra a escravidão e a exploração econômica. Essas comunidades também influenciaram a cultura brasileira, com manifestações artísticas e religiosas que se espalharam por todo o país.

A partir do século XIX, com a abolição da escravidão no Brasil, as comunidades quilombolas se tornaram ainda mais importantes para a economia do país. Com a falta de mão de obra, muitas fazendas passaram a contratar trabalhadores negros libertos e descendentes de quilombolas. Além disso, essas comunidades continuaram a produzir e comercializar bens, como alimentos, artesanatos e medicamentos, que eram vendidos nas feiras das cidades próximas.

Atualmente, as comunidades quilombolas enfrentam desafios econômicos, sociais e políticos, como a falta de acesso à terra, à educação e à saúde. No entanto, essas comunidades ainda são importantes para a economia brasileira, como



fornecedores de alimentos e matérias-primas para indústrias e como atrações turísticas que valorizam a cultura e a história do país.

A história quilombola é fundamental para o entendimento da história econômica do Brasil, uma vez que essas comunidades foram importantes para a produção, comercialização e circulação de bens em várias regiões do país. Além disso, os quilombos foram espaços de resistência cultural e política, que influenciaram a cultura brasileira e lutaram contra a escravidão e a exploração econômica. Hoje, as comunidades quilombolas ainda são importantes para a economia brasileira e para a valorização da diversidade cultural do país.

O Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos é uma comunidade remanescente de quilombo localizada na região Nordeste do Brasil, no Estado do Maranhão. Sua história remonta ao período colonial, quando os escravos fugidos encontraram refúgio em áreas remotas e inacessíveis. Após a abolição da escravatura em 1888, essas comunidades passaram a enfrentar inúmeras dificuldades para manter sua autonomia e seus modos de vida tradicionais.

A situação dos quilombolas no Brasil ainda é marcada pela exclusão social e pela falta de políticas públicas específicas para essas comunidades. A Constituição Federal de 1988 reconheceu o direito das comunidades quilombolas à terra, mas muitas delas ainda enfrentam dificuldades para obter a titulação de suas terras, o que as torna vulneráveis à especulação imobiliária e à grilagem.

Diante desse contexto, o objetivo deste artigo é analisar o desenvolvimento do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos a partir de uma perspectiva histórica e econômica. Para tanto, serão utilizados dados secundários de estudos sobre a região e entrevistas com membros da comunidade.

Este artigo está estruturado em cinco seções. A seção seguinte apresenta uma revisão da literatura sobre a história dos quilombos no Brasil e sobre as políticas públicas para as comunidades quilombolas. Na terceira seção, serão descritos os aspectos geográficos e demográficos do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos. A quarta seção faz uma análise da economia local, destacando as principais atividades



econômicas desenvolvidas pela comunidade e sua inserção no mercado regional. Na última seção, são realizadas algumas considerações para o desenvolvimento sustentável do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos.

Espera-se que este estudo contribua para ampliar o conhecimento sobre as comunidades quilombolas no Brasil e para subsidiar a elaboração de políticas públicas mais efetivas para essas populações. Além disso, a análise do caso do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos pode servir de referência para outras comunidades quilombolas que enfrentam desafios semelhantes em todo o país.

## **2. HISTÓRIA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS**

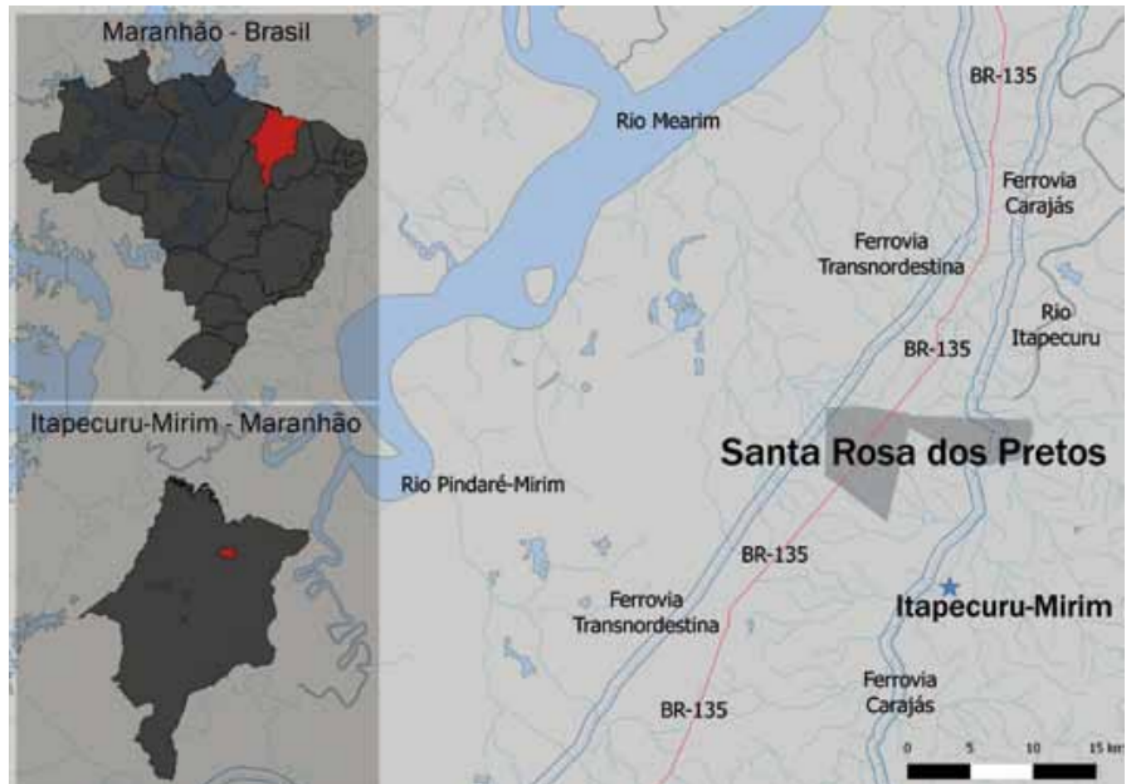
De acordo com Birmingham (2010), a origem do quilombo está ligada às organizações de clãs da tradição *Mbunda*, cujas linhagens chegaram ao Brasil por meio dos portugueses. Munanga (1995) reforça essa ideia, admitindo a herança dos quilombos com a África e afirmando que o quilombo brasileiro é uma reconstituição do quilombo africano pelos escravos para contrapor a uma estrutura de escravidão. Segundo ele, a matriz africana inspirou a evolução do quilombo brasileiro.

O processo de formação do quilombo incidiu no século XVI e XVII no centro cultural *bantu*, que era constituído por instituições políticas e militares trans-étnicas, centralizadas, formadas por guerreiros cujos rituais de iniciação funcionavam como a unificação de diferentes linhagens. Esse processo foi fundamental para a formação dos quilombos no Brasil, que eram comunidades autônomas e organizadas, com estruturas políticas e militares próprias.

A comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos (também conhecida como Santa Rosa do Barão) está localizada no município maranhense de Itapecuru-Mirim. O acesso ao território se faz partindo da sede do município pela BR-222 até o entroncamento com a BR-135 e, nesta, no sentido São Luís, percorrem-se 6 quilômetros. Pode-se também partir de São Luís, que está distante cerca de 100 quilômetros. Todos na região conhecem a história segundo a qual as terras de Santa



Rosa foram deixadas por um barão aos seus pretos, para estes criarem filhos e netos, não podendo nunca ser vendidas, doadas ou dadas a pagamento. (LUCCHESI, 2016)



Mapa 1: Comunidade Quilombola Santa Rosa dos Pretos, Maranhão.  
Fonte: Lucchesi (2016).

Assim, pode-se afirmar que a história dos quilombos no Brasil está profundamente ligada à história da África e da escravidão no continente americano. Os quilombos representaram uma forma de resistência dos escravos contra a opressão e a violência de seus senhores, e foram um elemento importante na luta pela liberdade e pela igualdade de direitos. Atualmente, as comunidades quilombolas continuam lutando por seus direitos e por sua autonomia, e sua história e cultura são uma parte importante do patrimônio cultural brasileiro.

Durante os anos 1970, as abordagens socioantropológicas buscaram enfatizar os aspectos organizacionais e políticos dos quilombos. De acordo com Clóvis Moura



(1988), o quilombo como forma de organização pode ser encontrado em todos os locais onde ocorreu a escravidão. Essa perspectiva destacou a importância do quilombo como uma forma de resistência à escravidão, e como um espaço de autonomia e liberdade para os escravos.

Estas comunidades de ex-escravos foram organizadas em várias formas e proporções, onde havia pequenos quilombos compostos de oito ou mais homens, estes grupos geralmente armados. Ao pé da floresta de quem escapou do cativeiro, foram muitas vezes capturados por uma tropa que os caçava de forma profissional. Para isso, uma profissão específica foi criada. Em Cuba, eles foram chamados de criadores, no Brasil foram chamados de capitães do mato, onde usavam a captura de forma repressiva e desumana. Em Cuba, por exemplo, criadores usavam cachorros treinados para caçar escravos em fuga (MOURA, 1988, p. 12-13).

Wilson Barbosa (1985, p. 81) descreve o ambiente de resistência em que se constitui a ideologia quilombola:

Toda a vida das comunidades negras africanas girava em torno da família de clã. A preservação dos contatos e dos direitos dos antepassados, o uso do território de acordo com o ritual, criação do dote matrimonial, bodas, festividades e funerais, consumiam grandes quantidades de trabalho vivo das comunidades. Os mecanismos institucionais visavam o equilíbrio do grupo, com um forte apelo às soluções tradicionais. No entanto, com a deportação nas Américas, foi dissolvida a família do negro africano. O negro brasileiro, por exemplo, não possuiu família alguma, durante os quase quatrocentos anos de escravidão. Isso reverteu profundamente as relações sociais e religiosas das vítimas da diáspora. Havia uma tensão e um imediatismo nas suas organizações que não existia, por certo, no ambiente africano. Como parte desta tensão e deste imediatismo, os gangas que atuaram no Brasil estiveram no centro da vida do grupo, organizando os meios de regulação de costumes e instituições diferentes.

Na ausência de uma nobreza tradicional ou de famílias metalurgistas que pudessem desempenhar um papel político, os gangas foram os responsáveis pela criação dos novos mitos e pela ideologia social quilombola, que caracterizou toda a fase heróica da luta contra a escravidão.

Essa abordagem também permitiu uma maior compreensão da diversidade dos quilombos no Brasil, que variavam em tamanho, organização e atividades criativas.



Algumas eram pequenas comunidades de fugitivos, enquanto outras eram grandes assentamentos que contavam com uma organização política e militar própria. Além disso, a abordagem sociopolítica dos anos 1970 contribuiu para a valorização da cultura e das tradições das comunidades quilombolas.

O termo "comunidades negras incorporadas" parece ter ganhado corpo no final dos anos 1970 e início dos anos 80 como uma tentativa de superar a ideia de isolamento negro e de quilombos, que era considerada insuficiente. Essa categoria permitia uma abordagem mais ampla, considerando que as comunidades estudadas eram os restos de antigos quilombos preservados através de seu isolamento histórico.

Essa discussão teve reflexos na redação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) da Constituição Federal de 1988. O artigo reconhece a propriedade definitiva das terras ocupadas pelos remanescentes das comunidades quilombolas e determina que o Estado emita os respectivos títulos.

No entanto, a inclusão do artigo 68 na Constituição Federal foi feita de forma improvisada e sem uma proposta original clara. Mesmo assim, houve um consenso de que o artigo representava uma tentativa de conciliação em relação às perdas causadas pela escravidão e pela abolição. O fato concreto, a posse concentrada do meio produtivo, perdurava, de toda forma, como pontua Wilson Barbosa (2006, p. 02):

A negação da terra à maioria absoluta da população rural contribuiu para sustentar a baixa renda da população trabalhadora e a prevalência desorientada da agricultura exportadora, por mais de um século após o término da escravatura. Por outro lado, a condição de miséria do migrante interno, dada a ausência de transformação no mundo rural, tornou possível a reconquista artificial pela burguesia dos frutos do trabalho industrial, tornando o cenário doméstico do país um quadro desanimador diante do progresso social de outros países. Nas últimas décadas, por parte das elites desenvolveu-se um desinteresse pela população local, o que de certo modo pode explicar o agravamento das diferenças socioeconômicas, com o recrudescimento do racismo e da violência.

É interessante observar como o termo "remanescente das comunidades quilombolas" tem uma carga histórica e política muito forte no contexto brasileiro. A



Constituição Federal de 1988 foi um marco importante para a garantia de direitos e reconhecimento dessas comunidades, que lutam há décadas pela preservação de sua cultura e território.

Ao mesmo tempo, é importante ressaltar que a discussão sobre as comunidades quilombolas vai além da questão da posse da terra, ainda que esta lhe sirva como base material. A luta antirracista e a reivindicação por uma reparação histórica por parte do Estado brasileiro também estão presentes nessa discussão. A escravidão constitui a maior tragédia da de nossa formação, tendo causado sequelas profundas em sua estrutura, as quais demandam constante cuidado e reparação. O reconhecimento dessa necessidade é relativamente recente em nossa história.

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a importância das comunidades quilombolas ao garantir o direito à propriedade da terra, além de outros direitos, como o acesso à educação, à saúde e à preservação de sua cultura. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir que essas comunidades tenham seus direitos efetivamente respeitados e protegidos.

Desta maneira, o artigo 68 da Constituição Federal de 1988 representa um avanço importante na luta pela garantia dos direitos das comunidades quilombolas. No entanto, ainda há muitos desafios a serem enfrentados para garantir que essas comunidades tenham seus direitos efetivamente respeitados e protegidos, como o acesso a serviços públicos de qualidade, a preservação de sua cultura e a luta contra a discriminação e o racismo.

A discussão sobre as comunidades quilombolas deve ser encarada como uma oportunidade de refletir sobre a história do país e sobre as desigualdades que ainda persistem. É necessário reconhecer o papel fundamental dessas comunidades na construção da identidade brasileira e trabalhar para garantir que elas possam viver com dignidade, sem discriminação ou violência.





### **3. ESTRUTURA ECONÔMICA DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS**

A agricultura familiar é uma atividade de grande importância para as comunidades tradicionais quilombolas, que dependem da terra para sobreviver e manter suas tradições e cultura. Segundo dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a agricultura familiar é responsável por mais de 70% da produção de alimentos consumidos no país, e as comunidades quilombolas são parte importante desse setor (IBGE, 2020).

De acordo com o INCRA, existem cerca de 6.400 comunidades quilombolas no Brasil, e muitas delas se dedicam à agricultura familiar como forma de subsistência e geração de renda. Essas comunidades têm uma relação profunda com a terra, que é considerada sagrada e um elemento central de sua identidade cultural.

No entanto, as comunidades quilombolas enfrentam diversos desafios para o desenvolvimento de suas atividades agrícolas, como a falta de acesso a recursos financeiros, tecnológicos e de infraestrutura. Segundo o IBGE, a maioria das propriedades rurais ocupadas por agricultores familiares no Brasil é de pequeno porte, com menos de 50 hectares, e muitas vezes não têm acesso a crédito, assistência técnica ou tecnologia adequada.

Além disso, as comunidades quilombolas também enfrentam problemas com a regularização fundiária, o que dificulta o acesso a programas e políticas públicas voltados para o desenvolvimento da agricultura familiar. Segundo o INCRA, apenas cerca de 30% das comunidades quilombolas do país têm suas terras regularizadas.

Para enfrentar esses desafios, é fundamental que o Estado e a sociedade civil trabalhem juntos para garantir o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar nas comunidades quilombolas. É necessário investir em políticas públicas que promovam a regularização fundiária, o acesso a crédito e tecnologia adequada, a capacitação e



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

assistência técnica aos agricultores, e a valorização da cultura e tradições dessas comunidades.

Portanto, a agricultura familiar nas comunidades tradicionais quilombolas pode ser vista como uma atividade fundamental para a manutenção da segurança alimentar e da cultura dessas populações, além de representar uma forma de geração de renda e desenvolvimento sustentável.



#### **4. DESAFIOS E OPORTUNIDADES DO DESENVOLVIMENTO DO TERRITÓRIO QUILOMBOLA SANTA ROSA DOS PRETOS**

Ferlini (2011), faz uma narrativa de como foi construída a questão fundiária no Brasil:

As sesmarias coloniais são assentamentos que narram a história fundiária brasileira. O estabelecimento de dar e repartir a terra, que nasceu em Roma, foi transferido para a Lusitânia, onde, em 1375, Portugal foi assolada pela guerra, fome e campos subdesenvolvidos estabelecidos, legislando terra aos camponeses. As sesmarias foram legalizadas no Brasil, com caravelas e ajustes correspondentes. Medidos em Portugal por extensão, foram implantados em paisagens absolutamente inimagináveis no espaço confinado de Portugal. Na costa açucareira, a sesmaria sempre foi medida quando os capitães hereditários eram generosos. No entanto, quando entraram no interior cartaginense, cada um deles, com 324 quilômetros quadrados, era realmente imenso. Pior, eles foram solicitados mais tarde pelos mesmos homens e seus herdeiros, como foi o caso das câmaras das torres e a ponte, o primeiro proprietário de 240 léguas no sertão, os outros 160 anos.

Segundo Pantoja (2011) as sesmarias foram uma forma de reforma agrária no Brasil durante o período de D. Fernando, mas acabaram resultando em uma acumulação excessiva de terras nas mãos de poucos. Desde sua criação, essas concessões de terra apresentam um sério problema de exclusão social.

A questão fundiária brasileira é um dos desafios mais complexos e persistentes do país. Com uma história marcada pela concentração de terras nas mãos de poucos, o Brasil ainda enfrenta problemas relacionados à distribuição de terras, desigualdade social e conflitos agrários. A estrutura fundiária desigual contribui para a exclusão social, a pobreza e a degradação ambiental.

Os descendentes de africanos, chamados negros, em todo o território nacional, organizados em associações quilombolas., reivindicam o direito à permanência e ao reconhecimento legal de posse das terras ocupadas e cultivadas para moradia e sustento,



bem como, o livre exercício de suas práticas, crenças e valores considerados em sua especificidade. (LEITE, 2000, p. 334)

Uma das principais questões é a concentração de terras nas mãos de grandes proprietários rurais, enquanto pequenos agricultores e comunidades tradicionais têm dificuldades para acessar a terra. Essa concentração gera desigualdade social e econômica, com consequências diretas na produção de alimentos, no desenvolvimento rural e na qualidade de vida das populações rurais. Além disso, a falta de regularização fundiária impede o acesso ao crédito agrícola, dificultando o investimento e o desenvolvimento dessas áreas.

Os conflitos agrários também são um reflexo da questão fundiária no Brasil. Disputas por terra, muitas vezes violentas, ocorrem entre proprietários rurais, grileiros, indígenas, quilombolas e outros grupos. A ausência de um processo eficiente de reforma agrária e a falta de políticas públicas ocorreram para a perpetuação desses conflitos. A violência no campo tem efeitos na segurança das comunidades rurais, na produção agrícola e na preservação do meio ambiente.

Os principais desafios enfrentados pela comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos seriam: a não titularização do seu território, dificuldades no acesso à saúde, educação, assim como problemas territoriais por causa de grandes empreendimentos atuarem em suas terras de forma predatória.

A Eletronorte, a partir da sua implantação no Maranhão em 1983, afetou o Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos, pela sua apropriação das áreas onde implantou os seus linhões. A entrada da empresa em questão no Território foi desastrosa, principalmente pela destruição das matas, grandes prejuízos aos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pelo desrespeito às roças que perderam, assoreamento dos igarapés, dentre outros problemas. (SILVA, 2017, p. 19-20)



Para enfrentar esses desafios, é necessário um conjunto de medidas abrangentes que promovam a democratização da terra, a regularização fundiária e o fortalecimento da agricultura familiar. É fundamental implementar políticas que garantam o acesso à terra para os pequenos produtores, estimulem a produção sustentável e incentivem a agroecologia. Além disso, é necessário fortalecer o controle de fiscalização e punição para coibir a grilagem de terras e a exploração ilegal dos recursos naturais.

Os problemas com a empresa Vale S.A tiveram início a partir da construção e funcionamento da ferrovia que atravessa o território quilombola, a Estrada de Ferro Carajás (EFC). Porém, esses problemas apresentaram-se de forma velada, ganhando contornos mais explícitos a partir do recurso administrativo, interposto pela empresa contestando o processo de regularização fundiária do território quilombola, quando da publicação do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID), em outubro de 2008. Este recurso criou um obstáculo ao andamento do processo instaurado em 2005 relativo à regularização do território quilombola, o qual ficou paralisado em 2008. O laudo antropológico apresentava denúncias dos quilombolas sobre os impactos da Estrada de Ferro Carajás no território, como por exemplo, o assoreamento do Igarapé Simaúma, o ruído da passagem dos trens, dentre outros. (SILVA, 2017, p. 21)

A questão fundiária brasileira é complexa e exige um esforço conjunto da sociedade, do Estado e dos diversos setores envolvidos. Somente com uma abordagem integrada e uma atuação efetiva será possível promover a justiça social, a igualdade e a sustentabilidade no campo brasileiro.

Desta maneira, importa salientar que a demanda por reconhecimento e regularização fundiária requer uma ação integrada envolvendo, de forma mais direta e participativa, os vários órgãos do governo e da sociedade civil. Torna-se necessário a congregação de diversos órgãos estatais e entidades da sociedade civil envolvidos com a problemática, reunindo assim o conjunto dos recursos jurídicos, infraestruturais, assim como, a legitimidade para executar tal tarefa. Não por acaso, as mais bem sucedidas experiências de implementação do artigo 68 do Ato das Disposições Constitucionais



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

Transitórias, têm sido aquelas em que se conseguiu estabelecer uma parceria entre comunidades, entidades governamentais e os diversos agentes locais favoráveis à regularização. (LEITE, 2000, p. 348)



## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância da história quilombola para o entendimento da formação social e econômica do Brasil é inquestionável. Os quilombos foram comunidades autônomas formadas por africanos escravizados que fugiam das fazendas e que foram fundamentais para a economia colonial e pós-colonial brasileira. Essas comunidades contribuíram para a economia de várias regiões do país, como a produção de açúcar em Pernambuco, a mineração em Minas Gerais e a produção de café no Rio de Janeiro e São Paulo.

A partir do século XIX, com a abolição da escravidão no Brasil, as comunidades quilombolas se tornaram ainda mais importantes para a economia do país. Com a falta de mão de obra, muitas fazendas passaram a contratar trabalhadores negros libertos e descendentes de quilombolas. Além disso, essas comunidades continuaram a produzir e comercializar bens, como alimentos, artesanatos e medicamentos, que eram vendidos nas feiras das cidades próximas.

É preciso reconhecer que essas comunidades foram criadas como resultado direto do sistema escravista que dominou o país durante séculos. A fuga dos escravos para os quilombos, portanto, representava uma ameaça ao sistema econômico vigente. No entanto, as comunidades quilombolas sobreviveram e se desenvolveram, resistindo ao longo do tempo e contribuindo para a construção da história econômica do Brasil.

A comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos desempenha um papel fundamental na formação socioeconômica não apenas do estado do Maranhão, mas também do Brasil como um todo. Ao preservar suas tradições culturais e conhecimentos ancestrais, essa comunidade contribui para a diversidade e a riqueza cultural do Maranhão, fortalecendo a identidade local e promovendo o turismo cultural na região. Através do artesanato, da culinária típica e das manifestações artísticas, a comunidade quilombola também gera renda e emprego, impulsionando a economia local e gerando oportunidades para os seus membros.



Além disso, ela também é um exemplo da resistência negra e da luta contra o racismo estrutural no Brasil. Através de sua história de resistência, superação e resiliência, essa comunidade inspira outras comunidades quilombolas e povos tradicionais a se valorizarem e a reivindicarem seus direitos. Ao reafirmar sua identidade e lembrar a luta de seus antepassados, a comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos contribui para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, que reconhece a importância dos povos afrodescendentes na formação histórica e socioeconômica do país.

Hoje, a preservação e valorização da história quilombola é importante para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Reconhecer o papel dessas comunidades na economia brasileira significa valorizar a contribuição dos povos negros para o desenvolvimento do país, e lutar contra o racismo e a discriminação que ainda permeiam nossa sociedade.

A pesquisa e divulgação da história quilombola são fundamentais para ampliar a compreensão da diversidade cultural do Brasil e para estimular o diálogo intercultural. É necessário que sejam realizados investimentos na preservação das tradições e culturas quilombolas, bem como na promoção da educação e do desenvolvimento econômico dessas comunidades. A história quilombola é um campo de estudo fundamental para entender a história econômica do Brasil e para valorizar a diversidade cultural do país.





## 6. BIBLIOGRAFIA

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **A Identidade do Negro no Brasil**. Departamento de História, Programa de História Social, FFLCH-USP, 1985.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **O negro na economia brasileira**. Universidade de São Paulo. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. 2006.

BARBOSA, Wilson do Nascimento. **O problema do negro na história do Brasil**. Universidade de São Paulo. FFLCH - USP, 1985.

BIRMINGHAM, David. **A Conquista Portuguesa em Angola**, Lisboa: Literis, 2010.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. **Terra, trabalho e poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. São Paulo: Brasiliense, 2011.

IBGE. **Atlas do Espaço Rural Brasileiro**. Rio de Janeiro, 2 ed. IBGE, 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. **Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas**. Etnográfica, Vol. IV (2), p. 333-354, 2000.

LUCCHESI, Fernanda. **Quilombo Santa Rosa dos Pretos**. Belo Horizonte. FAFICH, 2016.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões na Senzala, Quilombos, Insurreições, Guerrilhas**. 4 ed. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra**. Petrópolis: Vozes, 1999.

MUNANGA, Kabengele. Identidade, cidadania e democracia: algumas reflexões sobre os discursos antirracistas no Brasil, 1995. In: QUINTAS, Fátima (org.) **O negro: identidade e cidadania**. Anais do IV Congresso Afro-Brasileiro, Fundação Joaquim Nabuco, Recife, Ed. Massangana.

PANTOJA, Selma. **Dominação europeia na África: revisando as ideias**. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2011.



XV Congresso Brasileiro de História  
Econômica & 16a Conferência  
Internacional de História de Empresas  
Osasco, 02 a 04 de outubro de 2023



ASSOCIAÇÃO  
BRASILEIRA DE  
PESQUISADORES  
EM HISTÓRIA  
ECONÔMICA

SCHWARTZ, Stuart. Resistance and accommodation in eighteenth-century Brazil: the slaves' view of slavery. *The Hispanic American Historical Review*. Vol. 57, No. 1 (Feb., 1977), pp. 69-81

SILVA, Anacleta Pires da. **Resistência e trajetória de luta pela regularização fundiária do Território Quilombola Santa Rosa dos Pretos**. Bacabal, 2017.